

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 8 n. 2 agosto 1980

*A desordem
documental no Brasil
Burocracia
e desenvolvimento*

0373 Clas. PER
& Administração
2
ago. 1980

,00

100-2244

Este sistema de indexação é praticamente inédito e mereceu, inclusive, a atenção de um técnico da Unesco que veio especialmente ao Brasil para ver como ele funciona. Para cada documento serão feitas três cópias microfilmadas: o microfilme original pertencerá ao Arquivo Nacional — resguardando a documentação verdadeira do desgaste causado pelo manuseio constante — e as demais cópias integrarão o acervo do Museu da Fazenda, do Arquivo Público Mineiro e da Casa dos Contos.

O processo de microfilmagem não é desconhecido do Arquivo Nacional que, através de convênios com entidades públicas e privadas, vem microfilmando diversos documentos, escrituras

etc. Recentemente, por exemplo, toda a documentação referente a Joaquim Nabuco foi microfilmada — enriquecendo o acervo do Arquivo Nacional e ampliando as nossas fontes de pesquisa — antes de ser doada pela família do abolicionista ao Instituto Joaquim Nabuco, no Recife.

Dentro deste espírito de cooperação, o CECO — revitalizado em 1979 com a implantação de um Núcleo de Pesquisas da Escola Superior Fazendária na Casa dos Contos — pretende, ainda, microfilmar o restante do acervo da Casa dos Contos, sob a guarda da Biblioteca Nacional.

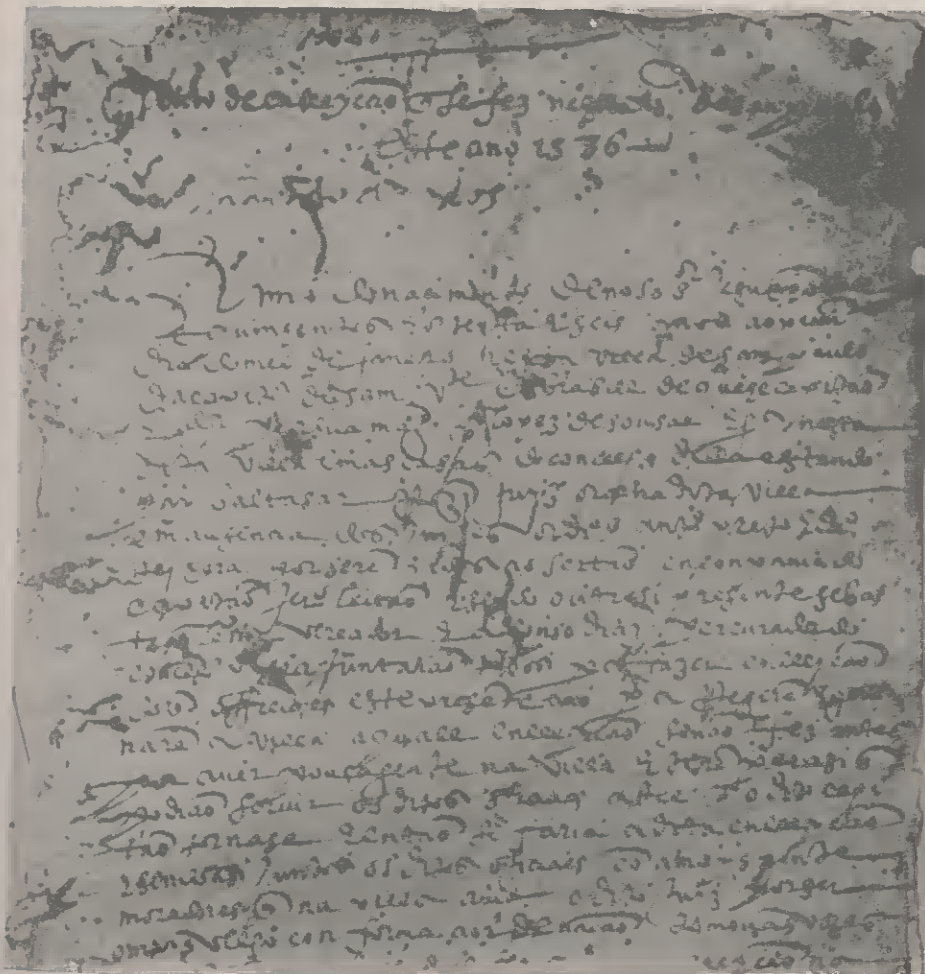
Concluída até o final de 80 a reconstituição de seu acervo original, a coleção da Casa dos Contos, os estudos

e pesquisas a cargo do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro deverão progredir para a análise da documentação reunida, a publicação dos trabalhos realizados e a extensão da microfilmagem e a catalogação da documentação correlata relativa ao mesmo período.

Reintegrado à Casa dos Contos, o acervo documental referente ao Ciclo do Ouro representa dois séculos marcantes não só para a história do Brasil como também para a humanidade: cerca de 70 por cento da produção de ouro deste período, proveniente das Minas Gerais e responsável pelo desenvolvimento industrial europeu e as mutações sociais decorrentes, passou pela Casa dos Contos, de Ouro Preto.

A desordem documental no Brasil*

José Honório Rodrigues



Desde o período colonial perdem-se documentos no Brasil, aos montes. Escreveu Capistrano de Abreu que os portugueses e seus herdeiros nunca foram cuidadosos com documentos. Acrescente-se a isso a idéia do sigilo, que desde a Descoberta, até o Serviço de Segurança, esconde documentos, evita sua publicidade e acaba por perdê-los, pelo menos, do conhecimento público.

Muito se desconhece por falta de documentos ou por excesso de esconderijo. Havia, ainda, a contar, desde o período colonial, os naufrágios, que engoliam e destruíam documentos. Por isso, faziam-se três cópias, e duas iam à Metrópole em navios diferentes. A que ficava no Brasil, quer na Bahia, quer no Maranhão, quer no Rio de Janeiro, poderia sofrer, como sofreu, incêndios destruidores.

Além disso, as autoridades costumavam e costumam levar para casa papéis para despacho, e não os devolvem às repartições públicas. Mais tarde, as famílias desinteressadas por aqueles papéis destroem-nos com ou sem fogueira. Conta-se que Euzébio de Queiroz, autoridade máxima do Brasil dos anos 50 do século passado, desiludido com a política, destruiu seu arquivo. E outros seguiram esse método de evitar o conhecimento da vida

* Extraído de *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 ago. 1980. Caderno Cultura, p. 16.

pública brasileira, tão cheia de pequenezas, mesquinhas, corrupção, retratados desde o século XVIII na obra-prima *A Arte de Furtar*.

Atualmente, o processo de desburocratização é uma espada destruidora pesando sobre os documentos públicos, desde que não há norma de seleção que presida a inutilização, nem a autoridade do Arquivo Nacional é reconhecida no Brasil como o é nos países em que os Arquivos Nacionais são modelares.

As principais deficiências no Brasil consistem na falta de recolhimento obrigatório dos documentos federais pelas repartições públicas produtoras, a ineficiência do Sistema Nacional de Arquivos, tal como foi criado, a inexistência de cálculos sobre a produção documental pública federal, e a diversidade de depósitos, públicos, quer nos serviços de comunicações, quer nos vários arquivos públicos e privados.

Não há unicidade arquivística, um princípio fundamental que faz a grandeza dos Arquivos Nacionais dos países mais adiantados. No Brasil não há Arquivo Nacional, mas Arquivo do Poder Executivo, pois o Legislativo e o Judiciário possuem seus arquivos e não compreendem que o Arquivo Nacional deve conter todo o documentário nacional selecionado. Sem contar que no próprio Executivo as Forças Armadas criam arquivos próprios, serviços de documentação próprios, nada recolhendo ao Arquivo Nacional. A exemplo destes, outras repartições não recolhem os documentos, possuindo um arquivo ativo e outro inativo. A desordem é geral.

É por isso que para impor ordem e autoridade ao recolhimento obrigatório, Lenin, o reorganizador dos Arquivos da União Soviética, tomou o poder em 1918, punha os serviços arquivísticos sob a autoridade do Soviète Supremo, e fez a grande reforma dos Arquivos Soviéticos.

Essa reforma serviu de exemplo a Franklin D. Roosevelt, quando, na sua Presidência, procedeu do mesmo modo, e o Arquivo Nacional dos Estados Unidos, nascido tão tarde, nasceu bem, sob a autoridade da Presidência da República. Só mais tarde ficou subordinado ao General Services Administration (Administração dos Serviços Gerais). E tornou-se o modelo dos Arquivos Nacionais. Vê-se no exemplar

Arquivo do Canadá a influência americana.

Lenin e Roosevelt seguiam, assim, a tradição de Napoleão e da rainha Vitória, dando aos Arquivos Nacionais a importância que lhes cabia, cada um à sua época, e quando suas nações eram grandes fabricantes de história universal.

A preservação documental está intimamente ligada aos momentos de criação histórica.

A unicidade arquivística não é adotada no Brasil, e o problema se agrava com a documentação isolada, separada, dividida, não recolhida ao Arquivo Nacional, das empresas como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e outras semelhantes.

A doutrina legal dos arquivos originada na Inglaterra estabelece que todo documento existente no Arquivo Nacional é autêntico e fidedigno, porque provém de fontes produtoras diretas.

A guarda dos documentos que merecem custódia da nação, isto é, gastos com a manutenção do arquivo, pessoal técnico, conservação e reprodução, tem ainda, portanto, esta garantia, a de que são, na técnica arquivística e na metodologia histórica, documentos oficiais, de autenticidade e integridade indiscutíveis. Pode-se duvidar da fidedignidade, da versão oficial, e deve-se procurar a versão das oposições, ou dos vencidos. Será que documentos estatais ou paraestatais guardados em arquivos não oficiais podem merecer a confiança que se concede aos depositados no Arquivo Nacional?

Arquivos particulares são comprados ou doados, não ao Arquivo Nacional, que normalmente só deve possuir documentos públicos, mas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ao Museu Histórico Nacional, e ao recém-criado Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas. Este começou com os arquivos particulares — provavelmente entre eles muitos papéis oficiais — desde o movimento de 1930, e ampliou dia a dia, sua colheita documental.

O Brasil fez mais no Império que na República para reproduzir e trazer cópias de documentos de arquivos

portugueses, espanhóis, ingleses e franceses. Relatei o que se fez na minha *A Pesquisa Histórica no Brasil* (Brasília, 3 ed., 1978). Mas falta muitíssimo a fazer e nunca se organizou uma comissão permanente de investigação dos arquivos estrangeiros, como fizeram os Estados Unidos, e, em menor escala, a Argentina.

Dizia o presidente Woodrow Wilson que os Estados Unidos nunca seriam independentes se não tivessem colhido todos os documentos estrangeiros relativos à sua história.

Uma única tentativa foi feita pela Comissão de Estudo de Textos da História do Brasil do Itamaraty, na gestão Macedo Soares. Foi muito pouco, mas foi uma iniciativa meritória, que retomou a tradição imperial, comandada pelo próprio D. Pedro II.

Tivemos compras de grandes coleções, como a de Pedro de Angelis, feita pelo Visconde de Uruguay, Paulino Soares de Souza, ou presas de guerra, como o Arquivo do Paraguai mandado apreender pelo Visconde do Rio Branco, e ambos se encontram na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Os Estados Unidos fizeram um planejamento histórico na Segunda Guerra Mundial e apanharam todo o arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Reich de Hitler, bem como o mesmo do Japão. O primeiro encontra-se no Arquivo Nacional dos Estados Unidos e, microfilmado, é hoje vendido em rolos a quem quiser, enquanto o do Japão encontra-se na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (Library of Congress), e embora não seja vendido em rolos, como o do Arquivo Nacional, podem ser solicitadas cópias microfilmadas dos textos de interesse. Ambos são riquíssimos sobre o Brasil pois contêm documentos, relatórios e conversas dos embaixadores alemães e japoneses com Getúlio Vargas.

O Almirantado britânico possui 80 toneladas de documentos apreendidos do Ministério da Marinha do Reich, mas ainda não são acessíveis.

O novo diretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, o professor de História da Universidade de Michigan e diretor da Bentley Historical Library, controla documentos que ocupam 13.896.000 metros cúbicos, e ganha a bagatela de 50.113 dólares por ano, o

que revela a importância que o governo dos Estados Unidos dá ao posto.

É preciso deixar claro que o fato de o Arquivo Nacional dos Estados Unidos recolher todos os documentos de todos os três Poderes, estes, a começar pelo Executivo, possuem serviços históricos organizados em todos os Ministérios, e a divisão histórica do Ministério do Exterior, ou do Pentágono, por exemplo são vastas organizações que pesquisam e preparam documentos para conhecimento do povo americano não somente do passado, como da fase anterior a 25 anos, quando os documentos são desclassificados — há casos de desclassificação em 10 anos — como os não-sigilosos, para esclarecimento de questões atuais.

Assim procedia o Ministério do Exterior do Império, quando seu relatório incluía documentos ostensivos esclarecedores de situações sobre as quais a opinião pública exigia uma satisfação. Acabam de aparecer os documentos sobre a invasão do Afeganistão publicados pela própria União Soviética. Visão parcial ou não, é um documento oficial que tenta mostrar as suas razões.

No Brasil nem um pio sobre energia nuclear e todas as questões maiores. Tudo é guardado no mais rigoroso silêncio e não se deve à opinião pública nenhuma satisfação sobre o que acontece e deve ser historicamente importante, porque produz efeitos futuros. Este é mais um fator que ajuda a perda dos documentos. Não são recolhidos ao Arquivo Nacional, passado um certo número de anos, 25, nos Estados Unidos, 30, na França e Inglaterra.

Não há legislação brasileira sobre recolhimento, normas sobre acesso, e o pouco que se fez no Governo Castelo Branco sobre acesso, ou no Governo Costa e Silva sobre exportação de livros e documentos raros e preciosos, é irrisório, inadequado, desatualizado. Tal é o caso do Sistema Nacional de Arquivos, idéia sugerida por mim, quando assumi o Arquivo Nacional, com a assistência de uma comissão competente, e que se transformou numa caricatura ineficiente e inócua decretada pelo general Geisel.

Podem dizer que o Brasil é o décimo país do mundo, ou ocupa nele qualquer outra posição relevante, pelo PNB, pelo índice *per capita*, mas como tudo é dependente das matrizes multi-

nacionais que não estão no Brasil nosso país não é consultado em qualquer emergência mundial grave, simplesmente porque não produz história mundial, e quem não produz história mundial não liga a documentos históricos.

A crise é geral e se comunica a tudo. No momento, existem ameaças graves: uma a da desburocratização, sem regras de seleção documental e sem recolhimento obrigatório; e outra, a da fundação de instituições extravagantes como a Fundação Pró-Memória.

O Brasil é o único país do mundo que criou essa extravagância, em vez de criar um Instituto de Pesquisa Histórica, e o único que acabou com o ensino, nos dois graus, da história nacional, e quer acabar com a própria palavra História e substituí-la pela palavra memória. A memória é um depósito não-crítico de informação, enquanto a história é análise, é crítica. A memória petrifica, marmoriza, fossiliza, estratifica. Não há memória utilizável sem cultura histórica. A memória é estática, a História é dinâmica e visa revelar a dignidade e o valor da existência humana. A desnacionalização começa, assim, pela morte da História.

Atulhada memória lusa*

Juarez Bahia

Não se espere encontrar uma torre no edifício da Torre do Tombo, o mais importante Arquivo Nacional português e um dos maiores do mundo. Este é o seu nome popular, batizado há séculos pela tradição que ligava o tombamento de documentos a torres de castelos imperiais. Instalada numa das alas do Palácio de São Bento (onde Bocage esteve preso há 200 anos e que nasceu do antiqüíssimo convento dos frades beneditinos que o terremoto de 1755 danificara), ao lado da Assembleia da República e da residência oficial do Primeiro-Ministro (que ocupam as outras alas), a Torre do Tombo

acha-se aqui "provisoriamente" há 222 anos.

Aos que se surpreendem pela designação oficial de Torre do Tombo, o diretor José Pereira da Costa explica: "A comunidade científica mundial conhece-nos precisamente por Torre do Tombo. Foi o povo que lhe deu o nome e só o povo pode mudá-lo, o que não acredito que aconteça. Foi depois de 1378, quando o arquivo da Chancelaria Real ocupou uma das torres do castelo de Lisboa. Ora, o tombo era o livro onde se faziam os assentos, os registros dos documentos oficiais, nesse tempo em pergaminho. Daí o nome."

Hoje a Torre do Tombo reúne 30 milhões de documentos em conserva-

ção e restauração e outros tantos por recolher, ocupa 35 velhas salas frias e úmidas, com 20 quilômetros de prateleiras — e outros 50 quilômetros seriam necessários para os documentos que se encontram por catalogar, conservar, restaurar e recolher.

Como no caso do mineiro que comprou um bonde no Rio de Janeiro, a Torre do Tombo tem sido objeto de contos do vigário, o mais conhecido, o de um rico homem do interior que comprou em Lisboa, por 150 mil escudos, a famosa Torre do Tombo e só descobriu o logro quando tomava a iniciativa de transportá-la para a Beira Alta. Fora esse folclore que envolve a Torre do Tombo, o que existe de mais dramático em relação a ela é precisa-

* Extraído da *Revista de Domingo*, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5 (198):25-7, 3 fev. 1980.

**Sugestão aos
arquivistas:
peguem parte
do seu dinheiro
todo mês
e arquivem
na letra P.**

Poupança, Caderneta de
Quem poupa conquista o que
a vida tem de melhor.